

São Paulo, 18 de maio 1990

Exmº Sr.  
Secretário do Meio Ambiente  
Professor José Lutzenberger

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	1 / 1 / 1990
Cod.	YAD 44492

Conforme solicitação de V. Excia. e complementarmente às informações já fornecidas através de correspondência anterior de 11 abril 1990, subscrita pelo CEDI, NDI, UNI e CCPY, passamos a relatar, resumidamente, novos dados de que dispomos a partir de notícias que recebemos de Boa Vista e de alguns pontos da área Yanomami:

1. Continua invadido o território indígena. Nele permanecem grandes contingentes de garimpeiros, pelo menos 8 mil pessoas, que foram deslocados pelos empresários do garimpo e pela Polícia Federal para as chamadas "reservas de garimpagem", criadas através de decretos ilegais no final do governo Sarney, reunindo-se aos que neles já se encontravam antes. Até agora foi ignorada pelo governo Collor a reafirmação, feita em 21 de abril, da decisão liminar da 6ª Vara da Justiça Federal, que ordena o prosseguimento da retirada dos invasores e a desconsideração dos referidos decretos. Outros contingentes menores, cerca de 3 mil, nem chegaram a ser retirados das regiões do Paapiu e Surucucus, atingidos pela operação de retirada. Outros mais retornaram àquelas regiões e estão se dedicando, agora, à extração da cassiterita, favorecida pela queda dos preços do ouro no mercado. Houve, portanto, invasões de partes do território indígena já evacuadas anteriormente.

O Sr. Nilson Campos Moreira, ex-funcionário de estrita confiança de Romero Jucá, destacado por ele para administrar o escândalo de contratos de venda ilegal de madeira extraída de áreas indígenas, e que é também signatário de um "termo de compromisso" com os garimpeiros de Roraima, continua como coordenador-representante da Funai - da operação de retirada dos garimpeiros ordenada pela Justiça Federal. Foi nomeado pelo atual governo federal como novo administrador regional da Funai em Boa Vista o Sr. João Carlos Nicoli, vinculado à estratégia eleitoral do Deputado Ottomar Pinto, candidato ao governo de Roraima.

2. A execução do plano de governo para a explosão das pistas aéreas clandestinas prossegue lentamente, tendo sido destruídas, de 2 a 15 maio, as primeiras 13 pistas. A primeira etapa do plano foi encerrada em consequência do início das chuvas, sem que tivesse sido atingida a meta inicial de 30 explosões. Nesse tempo, os garimpeiros apressaram-se na abertura de vias terrestres alternativas que lhes asseguram o acesso às jazidas localizadas em áreas já evacuadas, a partir das reservas de garimpagem e de outras pistas não destruídas.

O Plano governamental refere-se à existência de cem pistas de pouso no território indígena, mas lista 73 que deverão ser destruídas. Entre as pistas conhecidas mas não listadas, há pelo menos 11 que são clandestinas e servem exclusivamente ao garimpo: "Bibiano", "Valmor", "Wando Acreano", "Osvaldo 2", "Zeca Diabo" e "Nova da Santa Rosa", e no Alto Parima as pistas do "Lauro", da "Pupunha", do "Leite", da "Cassiterita" e a mais recente, "Três M". O plano não esclarece se outras 21 pistas pertencentes a



Comissão pela criação do Parque Yanomami

órgãos oficiais, serão vigiadas e se serão suficientes para o prosseguimento dos trabalhos de saúde na área. Os líderes do garimpo, como o Sr. Altino Machado, debocham publicamente do plano governamental através de declarações à imprensa de Boa Vista.

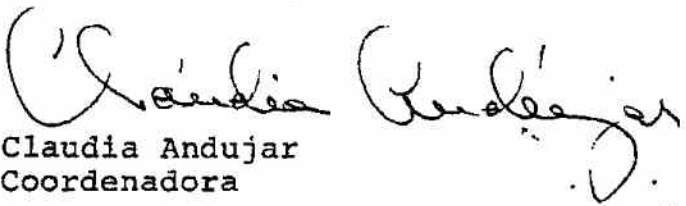
3. A situação de saúde dos índios continua gravíssima. As operações emergenciais de socorro prosseguem em condições até mais precárias do que as do final do governo passado, faltando-lhes a infraestrutura mínima necessária, sobretudo o apoio aéreo. Tem sido frequente a utilização das aeronaves dos garimpeiros, que levam médicos ou medicamentos, e trazem cassiterita na volta. A epidemia de malária se alastra e provoca mais mortes nas aldeias indígenas, criando situações alarmantes como na região da pista do Jeremias, onde há 80 índios doentes. Há previsão técnica de que a epidemia se tornará ainda mais avassaladora ao findar o período das chuvas, em consequência do empossamento das áreas degradadas pelo garimpo. Permanece a indefinição no governo federal quanto a ações mais consistentes em relação à saúde dos índios.

Solicitamos a urgentização das providências mencionadas em correspondência anterior. Sugerimos, ainda, a adoção de medidas judiciais e policiais em relação aos empresários do garimpo que estão promovendo a reinvasão de áreas já evacuadas. Também não podem ser mais postergadas as ações de saúde, incluída a drenagem das áreas degradadas, para que seja evitado o recrudescimento da epidemia de malária.

Gostaríamos de aproveitar a oportunidade para solicitar uma audiência para trocarmos algumas idéias pessoalmente.

Sendo o que tínhamos a informar no momento, nos subscrevemos,

Atenciosamente,

  
Claudia Andujar  
Coordenadora

Comissão pela Criação do Parque Yanomami - CCPY  
Rua Manoel da Nóbrega 111 cj.32  
04001 São Paulo SP

anexo: carta 11/4/90